

LÍBERO

[DOSSIÊ]

**JORNALISMO E CONHECIMENTO
EM TEMPOS DE CAPITALISMO PANDÊMICO
E DE EXPANSÃO DA DESINFORMAÇÃO**

**Jornalismo e imaginação sociológica:
o papel do ensino de sociologia na formação profissional**

**Journalism and sociological imagination:
the role of sociology teaching in professional education**

**Periodismo e imaginación sociológica:
el papel de la enseñanza de la sociología en la formación profesional**

Michelle Roxo de Oliveira
michelle_roxo@yahoo.com.br

Submissão: 22 set. 2021
Aceite: 19 nov. 2021

Resumo: O texto reflete sobre o papel do ensino de sociologia na formação dos jornalistas, sublinhando a importância do desenvolvimento de algumas ferramentas e de hábitos intelectuais ligados à disciplina, como a prática da “imaginação sociológica” (MILLS, 1965). Assume a perspectiva do jornalismo como trabalho intelectual, associado à noção de esclarecimento e dotado de uma dimensão política e social – muitas vezes negligenciada dentro de propostas formativas de acento mais tecnicista e instrumental, orientadas por demandas de mercado. Mobiliza autores das áreas de sociologia, educação e jornalismo, buscando interfaces para a reflexão em tela. Sem desconsiderar os limites e as especificidades do modo de produção jornalístico, argumenta que o ensino de sociologia pode contribuir para a constituição de um *habitus* (BOURDIEU, 2004; 1997) profissional reflexivo, comprometido com o rigor na apuração e com perspectivas de transformação social.

Palavras-chave: jornalismo; formação profissional; currículo; ensino de sociologia; imaginação sociológica.

Abstract: This paper reflects on sociology teaching and the role it plays in educating journalists while emphasizing the importance of developing several intellectual tools and habits associated to the discipline, as the practice of “sociological imagination” (MILLS, 1965). It views journalism as an intellectual work, one of clarification which is endowed with a political and social aspect. This is often overlooked or unrecognized in more technical and instrumental-based curriculums which tend to be guided by market demands. This paper brings together authors from the fields of sociology, education, and journalism to communicate and reflect on the problem at hand. While still respecting the limits and the specific nature of the journalistic production mode, it is argued that teaching sociology can contribute to the constitution of a reflective professional *habitus* (BOURDIEU, 2004; 1997), committed to rigorous investigation and perspectives for social change.

Keywords: journalism; professional education; curriculum; sociology teaching; sociological imagination.

Resumen: El texto reflexiona sobre el papel de la enseñanza de sociología en la formación de los periodistas, resaltando la importancia del desarrollo de una serie de herramientas y hábitos intelectuales relacionados con la disciplina, como la práctica de la “imaginación sociológica” (MILLS, 1965). Asume la perspectiva del periodismo como trabajo intelectual, asociada a la noción de esclarecimiento y dotada de una dimensión política y social – muchas veces olvidadas dentro de las perspectivas curriculares con énfasis más técnico e instrumental, orientadas por las demandas del mercado. Moviliza a autores de las áreas de la sociología, la educación y el periodismo, buscando interfaces para la reflexión en cuestión. Sin desconocer los límites y especificidades del método de producción periodística, argumenta que la enseñanza de la sociología puede contribuir para la construcción de un *habitus* (BOURDIEU, 2004; 1997) profesional reflexivo, comprometido con la rigurosidad en la investigación y perspectivas de transformación social.

Palabras clave: periodismo; formación profesional, currículo, enseñanza de la sociología, imaginación sociológica.

Introdução

Tornou-se lugar-comum, em certo sentido, falar sobre a importância da capacidade de reflexão e de pensamento crítico dentro dos ideais formativos dos jornalistas. São habilidades que aparecem em documentos curriculares¹ e em projetos pedagógicos de cursos de jornalismo, associadas, de maneira transversal, aos objetivos de ensino de diferentes disciplinas.

O objetivo deste texto é refletir sobre o papel do ensino de sociologia nesse processo, sublinhando a importância do desenvolvimento de algumas ferramentas e de hábitos intelectuais ligados à disciplina². Não se trata, está claro, de advogar pela formação de jornalistas-sociólogos, com domínio de autores, teorias e métodos, próprios de um *habitus* acadêmico (BOURDIEU, 2004) internalizado nos cursos de ciências sociais. Mas, sim, em favor de certos recursos capazes de serem mobilizados no percurso formativo dos jornalistas, como o exercício da “imaginação sociológica”.

O termo criado por Mills (1965, p. 11) refere-se a “uma qualidade intelectual”, um modo de ver que busca estabelecer relações entre sujeito e sociedade, biografia e história. É tarefa da imaginação sociológica mostrar como as experiências vividas pelas pessoas comuns estão intimamente ligadas a processos históricos e sociais mais amplos e, com isso, ajudá-las a “compreender o significado de sua época e de suas próprias vidas”, dentro de um quadro coletivo. “A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida humana e para a carreira exterior de numerosos indivíduos”.

Um exemplo mobilizado por Mills (1965, p. 15), sobre a questão do desemprego, é revelador desse exercício de compreensão sobre a estrutura das relações objetivas, que conformam horizontes possíveis para as trajetórias individuais.

Quando numa cidade de cem mil habitantes, somente um homem está desempregado, isso é seu problema pessoal, e para sua solução examinamos adequadamente o caráter do homem, suas habilidades e suas oportunidades imediatas. Mas quando numa nação de 50 milhões de empregados, 15 milhões de homens não encontram trabalho, isso é uma questão pública, e não podemos esperar sua solução dentro da escala de oportunidades abertas às pessoas individualmente. A estrutura mesma das oportunidades entrou em colapso. Tanto a formulação exata do problema como a gama de soluções possíveis exigem que consideremos as instituições econômicas e

¹ A título de exemplo, expressões como “raciocínio crítico”, “senso crítico”, “visão crítica”, “atuar criticamente na profissão” podem ser localizadas em diferentes passagens do texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em jornalismo, documento que serve como parâmetro para a construção dos currículos e projetos pedagógicos da área (BRASIL, 2013). Voltaremos a esse ponto adiante.

² Para tanto, mobilizamos autores das áreas de jornalismo, sociologia e educação, buscando interfaces para a discussão proposta. Alguns dos quais, como Lahire (2014), Carvalho Filho (2014) e Engeroff e Oliveira (2018), conduzem seus argumentos tendo em vista o ensino de sociologia na educação básica. Suas contribuições, no entanto, permitem aprofundar a reflexão sobre o papel da disciplina para determinadas formações em nível universitário, como é o caso do jornalismo, cujos objetivos são distintos de um curso específico de ciências sociais.

políticas da sociedade e não apenas a situação pessoal e o caráter de um punhado de indivíduos.

Ao oferecer narrativas que ligam as experiências locais e pessoais a um quadro geral capaz de dar sentido a essas vivências, o exercício da imaginação sociológica pressupõe um saber engajado, que não apenas “produz um conhecimento novo, mas também cria as condições para uma possível mudança de situação” (LAVAL, 2019, p. 8). Tarefa intelectual e política de uma prática sociológica que não busca se apartar do mundo social, mas envolver o público mais amplo no diálogo com as questões de seu tempo histórico. Aqui, é interessante notar como Mills – em interlocução crítica com os debates sobre os usos da sociologia – associava as possibilidades da prática da imaginação sociológica não apenas à figura de cientistas sociais, mas também a outros trabalhadores intelectuais, como jornalistas e romancistas (JACOBSEN; TESTER, 2015)³.

Sabemos que a tarefa de atribuir significado a eventos e experiências vividos pelos sujeitos, dentro de um círculo mais amplo e rico em conexões, é particularmente desafiadora para o jornalismo. Como “forma social de conhecimento centrada no singular e historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo”, o jornalismo enfrenta uma série de limites – considerando as condições de produção dominantes –, mas também carrega potencialidades críticas, enquanto prática capaz de se comprometer com perspectivas de transformação social (GENRO FILHO, 2012, p.10). Essa capacidade, segundo a reflexão aqui proposta, passa pelo fortalecimento da dimensão intelectual e política do trabalho jornalístico e se relaciona à qualidade da interpretação que os jornalistas oferecem ao público sobre os eventos cotidianos.

O que esperar das representações dos jornalistas sobre a vida social sem um olhar informado e dotado de certa reflexividade sobre a dinâmica do mundo do trabalho no capitalismo, as relações sociais de classe, gênero e raça, as formas contemporâneas de família, as diversas formas de violência simbólica, desigualdade, dominação, entre outras inúmeras questões de nossa estrutura social e histórica, que interpelam os indivíduos em seu cotidiano imediato?

Um jornalismo “excessivamente singularizado” está fadado a um exercício redutor, próprio da lógica sensacionalista, que reforça as categorias do senso comum (GENRO FILHO, 2012, p. 203). Nesse sentido, o desenvolvimento da imaginação sociológica torna-se importante ferramenta para que o jornalista possa desenvolver formas de apreensão crítica da realidade e ultrapassar o horizonte de visões que reduzem os fenômenos do mundo social a seu aspecto mais visível e superficial.

³ A rigor, Mills formula a noção de imaginação sociológica a partir da crítica a uma série de escolas e autores da sociologia norte-americana que, na visão do autor, perderam de vista sua tarefa intelectual e política. Conforme pontuam Jacobsen e Tester (2015), ele não estabelece uma correlação direta e exclusiva entre sociologia e imaginação sociológica. “Muito do que a frase significa para mim não encontra expressão nos sociólogos” (MILLS, 1965, p. 26).

Para que serve esse conhecimento?

Não raro, encontramos, no ambiente de ensino, questionamentos sobre a utilidade ou a função social de certos saberes. Para que, afinal, serve esse conhecimento? É um tipo de questão comumente lançada a disciplinas que mantêm distância de demandas mais imediatas de utilidade. É o caso da sociologia, confrontada permanentemente pelo problema de reconhecimento e pela legitimidade na formação social e educacional do indivíduo (CARVALHO FILHO, 2014). Não por acaso, no Brasil, os saberes sociológicos enfrentam uma série de intermitências em seu processo de institucionalização como disciplina obrigatória no ensino básico⁴.

Conforme aponta Lahire (2014, p.50), as ciências sociais, como “filhas da democracia”, são malvistas por regimes conservadores e erradicadas por governos de acento autoritário, ao exporem – a partir de um pensamento racional apoiado em dados produzidos segundo métodos específicos – a dinâmica de formas de dominação, de exploração e de permanência das desigualdades, isto é, os discursos de ilusão que sustentam o mundo social. São pressionadas, por seu próprio objeto, a encontrar demandas de justificação sobre sua legitimidade, ao contrário de outros saberes ou ciências. No limite, sob a alcinha de “doutrinação ideológica”, são atacadas por agentes do campo do poder, que têm interesse em não ver o desenvolvimento desses conhecimentos – como revelam, no Brasil, episódios recentes protagonizados por integrantes e apoiadores do governo de Jair Bolsonaro, a partir de uma agenda ultraconservadora, expressa, entre outros aspectos, pela ofensiva contra os chamados “marxismo cultural” e “ideologia de gênero”⁵.

No campo do ensino, sabemos que o currículo é lugar de disputas, resultado de um processo de seleção, que faz com que determinados conhecimentos e não outros sejam

⁴ Apenas em 2008 a sociologia foi oficializada como componente obrigatório no currículo da educação básica no Brasil, após várias tentativas de inserção ao longo da história da disciplina (CARVALHO FILHO, 2014). Em 2017, porém, com a reforma do ensino médio, apresentada pelo governo do ex-presidente Michel Temer, perdeu o caráter de disciplina obrigatória. O ensino de sociologia, em nível escolar básico, refere-se ao conjunto das ciências sociais, contemplando também abordagens e temáticas próprias da ciência política e da antropologia (MARFICA, 2018).

⁵ Segundo visão reforçada em 2019 pelo então ministro da Educação Abraham Weintraub, e fortemente propagada pelo autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho – uma espécie de ícone de grupos bolsonaristas –, o suposto “marxismo cultural” estaria sendo cultivado no ambiente das universidades públicas como forma de doutrinação. Outro “inimigo” correntemente invocado por integrantes e defensores do governo seria a pretensa “ideologia de gênero” – alvo de uma retórica discursiva mobilizada “contra a desnaturalização dos papéis sociais de gênero” (MIGUEL, 2021, p. 3). O movimento organizado Escola Sem Partido também ganhou expressão como importante ator dessa agenda de ataques. Amparado no princípio de que as escolas são espaços de “doutrinação ideológica”, o movimento se fortaleceu a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, num contexto de “afirmação de teses ultraconservadoras no plano social e político e na junção da política com moralismo fundamentalista religioso” (FRIGOTTO, 2017, p. 29). Uma das consequências de tal processo foi o progressivo aumento de episódios de perseguição a e de intimidação de professores e pesquisadores. Nesse cenário de “cruzada” ideológica capitaneado pelo bolsonarismo – que coloca em circulação discursos desfavoráveis às ciências humanas –, as universidades têm sofrido cortes de recursos e incentivos financeiros. “Nessa medida, não se trata apenas de uma prática retórica e eleitoreira em que o candidato Jair Bolsonaro se agarrou para conquistar votos de setores mais conservadores da sociedade, mas como de um projeto político que se baseia em determinadas estratégias de saber e poder, meticulosamente tecidas para minar a construção de um campo de saber historicamente assentado” (ALVES; SILVA, 2020, p. 2).

considerados legítimos em determinados percursos formativos. Selecionar, classificar e privilegiar um tipo de conhecimento constituem uma operação de poder que evidencia, em cada momento histórico, as posições assimétricas dos agentes, bem como a hierarquia dos problemas e das disciplinas envolvidos em determinado processo educacional (SILVA, 2009).

No jornalismo, essas questões também atravessam os debates e as reformas curriculares. A cada “modelo” de jornalista contemplado corresponderá um elenco de conhecimentos considerados legítimos para a formação do profissional nos espaços universitários, com reflexos importantes sobre o perfil do egresso que se deseja formar. Generalismo e especificidade, teoria e prática, humanismo e tecnicismo são algumas das dicotomias que conformaram historicamente os debates da área, materializando no texto curricular sentidos sobre a formação do jornalista ajustados a determinados horizontes formativos. Aqui também a questão da “utilidade” ou legitimidade de determinados saberes como componente curricular foi capaz de configurar disputas entre diferentes correntes interpretativas, especialmente no contexto político das reformas educacionais em nível nacional – do período dos currículos mínimos às diretrizes curriculares⁶, com desdobramentos nos espaços institucionais específicos (OLIVEIRA, 2011).

Atualmente, o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em jornalismo, instituído em 2013, pelo Ministério da Educação, é o documento que serve como parâmetro para a construção dos currículos e projetos pedagógicos no âmbito das instituições de ensino que ofertam a formação específica. Sem referência explícita a disciplinas, o texto busca responder questões sobre como selecionar e organizar conhecimentos, a partir da indicação do perfil e das competências do egresso, além de eixos formativos que devem ser observados na elaboração do projeto pedagógico. Um desses eixos – classificado como de fundamentação humanística – é associado à concepção da “função intelectual” do jornalista. Ao ressaltar a necessidade de o profissional da área ter conhecimentos abrangentes sobre a realidade brasileira – do ponto de vista histórico, social, jurídico, político, econômico, cultural, entre outros –, o documento assinala a importância de uma matriz generalista no projeto formativo, em que pese a centralidade dada à especificidade do jornalismo, em seus fundamentos teóricos e técnicos, enquanto eixo estruturante da referida reforma.

A dimensão intelectual do trabalho do jornalista, como agente capaz de estabelecer nexos e relações e de dar conta da complexidade e do dinamismo das culturas e das

⁶ Da década de 1960 aos anos 1980, os currículos mínimos para os cursos de jornalismo/comunicação foram disciplinados pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que regulamentou, ao longo daquele período, cinco textos para a área. Com a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a estrutura curricular mínima deixa de ter força de lei e a figura das diretrizes curriculares torna-se parâmetro para os cursos de graduação no Brasil. Com isso, as instituições de ensino ganham autonomia para fixar o currículo de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinente. Em relação à área de comunicação, as primeiras diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação foram instituídas em 2002, quando o jornalismo ainda estava posicionado na estrutura de ensino como uma das habilitações da comunicação social. Onze anos depois, o cenário foi alterado, com a instituição das diretrizes curriculares para a graduação em jornalismo e seu reconhecimento como curso específico (OLIVEIRA, 2011).

sociedades contemporâneas, é reforçada em outra passagem do documento oficial, quando se desenha o perfil desejável do egresso:

O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, *com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva*, capacitando-o, dessa forma, a atuar como *produtor intelectual e agente da cidadania*, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e das culturas contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social (BRASIL, 2013, p. 27, grifo nosso).

Assinalamos brevemente alguns enunciados presentes no texto das diretrizes que apontam para a importância da dimensão humanista, crítica e reflexiva no projeto de formação dos profissionais da área. São sinalizações que nos encorajam a refletir sobre a contribuição de disciplinas distantes de demandas mais imediatas de utilidade, mas que se relacionam à construção da qualidade do olhar e à interpretação que o jornalista é capaz de lançar sobre o mundo social.

Está claro que o referido documento é também portador de outros sentidos e prescrições, não explorados em nosso argumento, que acolhem concepções diversas sobre o trabalho jornalístico. A título de exemplo, podemos ressaltar a chamada ao “espírito empreendedor”, como um dos indicativos expressos para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos. A circulação dessa noção, que postula o engajamento do indivíduo como empresa, remete a um *ethos* próprio do sistema neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), difícil de ser conciliado com certas representações cultivadas no campo profissional jornalístico, a partir de valores éticos, humanistas (OLIVEIRA; MELLO E SILVA, 2017). Ressalta-se, ainda, que o modo como as orientações que partem dos documentos oficiais são materializadas/ressignificadas, por meio de práticas colocadas em curso nos contextos institucionais específicos, abrem possibilidades de desenhos curriculares com acentos formativos distintos, mais ou menos inclinados à valorização de determinadas disciplinas.

Para além das considerações pontuais sobre o texto das diretrizes, queremos chamar a atenção para tendências mais amplas que têm ganhado terreno nas instituições de ensino no cenário contemporâneo, com o avanço de um tipo de racionalidade instrumental alinhado a transformações tecnológicas e organizacionais ocorridas na esfera da produção, que tem implicações sobre os currículos. Laval (2019, p. 11-13) analisa o fenômeno, observado em diferentes países e regiões do mundo, de “submissão muito mais direta” do sistema educacional a razões econômicas, com desdobramentos sobre as próprias políticas educacionais e sobre o ensino público. No Brasil, cuja configuração do sistema de ensino em nível superior é marcada pela forte presença da iniciativa privada, essa tendência é especialmente perceptível em instituições dominadas por grandes grupos empresariais, com “intervenção direta e maciça do capital”.

Dentro de um quadro geral de reformas neoliberais que aprofundam e atualizam concepções utilitárias de educação, as escolas são chamadas a adotar métodos de gestão empresarial e a priorizar conteúdos formativos “correspondentes às competências exigidas pelo universo econômico” – em detrimento de finalidades intelectuais, éticas e políticas. A referência do novo “ideal pedagógico”, segundo Laval (2019, p. 15 e 24), seria o trabalhador flexível e autônomo, ajustado à gramática da eficiência produtiva e da inovação. “Na cultura de mercado, a emancipação pelo conhecimento – velha herança do Iluminismo – é vista como ideia obsoleta”.

No caso do jornalismo, como podemos inferir, essa lógica tende a interpelar sobretudo disciplinas menos diretamente associadas à dimensão profissionalizante, ou não relacionadas, no cenário contemporâneo, a demandas de atualização impulsionadas por novas linguagens, tecnologias da comunicação e interesses de mercado.

Desnaturalização e estranhamento

É evidente que os argumentos aqui mobilizados, em relação ao papel do ensino de sociologia, não caminham no sentido de valorização de “competências” utilitárias ajustadas a exigências do mundo econômico, embora paradoxalmente possam ser, em certas condições, apropriados para esse fim. Ao contrário, como sublinhamos anteriormente, estão associados à possibilidade de fortalecimento da dimensão intelectual e política do trabalho jornalístico, como práxis que se interroga sobre o impacto que tem no mundo, e que é capaz de assumir compromissos com perspectivas de transformação social.

A qualidade da interpretação que o jornalista constrói sobre os acontecimentos, a partir de métodos apuração⁷, reforça o potencial político e social de seu trabalho – sobretudo no cenário contemporâneo, caracterizado pela circulação de um volume de informações sem precedentes e pela perda do monopólio das instituições jornalísticas no processo de mediação cotidiana de eventos⁸. Se a capacidade de estabelecer relações e contextualizar o sentido dos acontecimentos num círculo mais amplo é necessária ao jornalista, o desenvolvimento de algumas ferramentas e de hábitos intelectuais ligados à disciplina de sociologia, como buscamos argumentar, podem contribuir para enfrentar o desafio – a exemplo do exercício de desnaturalização e de estranhamento, como princípios epistemológicos que orientam o olhar sociológico.

Estranhar o familiar, as situações conhecidas do cotidiano, consagradas como óbvias, é condição necessária para ultrapassar interpretações marcadas pelo senso comum e para compreender as razões associadas à ocorrência de determinados fenômenos. “Estranhar o já conhecido, o tido como natural, permite que fenômenos aparentemente evidentes revelem dúvidas, contradições, desmandos e arbitrariedade em sua composição” (MORAES; GUIMARÃES, 2010, p. 48). O estranhamento, como pontua Carvalho Filho (2014,

⁷ Chaparro (2008, p. 225 e 229) define o jornalismo como “linguagem interpretativa, apoiada no argumento da veracidade”. Ao destacar a relação do repórter com a realidade social, chama atenção para a necessidade desse profissional ser “um indagador insaciável, mas metódico” no exercício da atividade.

⁸ A institucionalização e a profissionalização das fontes (PINTO, 2000) e, mais recentemente, as novas modalidades de produção e circulação das informações, potencializadas pela internet e pelas novas tecnologias de comunicação, são fenômenos associados a essa perda de monopólio.

p. 72), é condição fundamental para que a pergunta “por quê?” seja inicialmente colocada: “O que faz isso ser assim e não de outra forma? Essa postura suscita explicação, e a busca da explicação possibilita conseqüentemente a desnaturalização do mundo e das coisas”.

O exercício de desnaturalização remete a uma postura de compreensão dos fenômenos como resultado de relações sociais, constituídas historicamente – e que não são, portanto, fruto de tendências naturais. Ambos os princípios epistemológicos requerem uma postura investigativa e de distanciamento, como forma de tensionar os limites do senso comum e das experiências cotidianas imediatas, aparentemente tidas como normais. Inclui-se, nesta reflexão, a vigilância que o jornalista deve exercer em relação ao sistema de pressupostos ligados à sua condição de classe e trajetória enquanto sujeito social, enraizado em dada cultura particular. Bem como em relação ao *ethos* internalizado dentro da própria cultura profissional (TRAQUINA, 2013), capaz de levar o jornalista, em determinadas situações, a enxergar apenas aquilo que está ajustado aos esquemas de pensamento de seu grupo de referência⁹ – como revela certa apropriação irrefletida dos chamados valores-notícia e outras práticas jornalísticas cotidianas.

A sensibilidade para perceber o mundo à sua volta como produto da atividade humana reforça o potencial político de uma prática jornalística, comprometida com as possibilidades de transformações do processo histórico. “Pensar contra os fatos”, nos termos de Moretzsohn (2007, p. 32), é afirmar a possibilidade de exercício do jornalismo marcado por “um cotidiano exercício de suspensão”, segundo ideais de esclarecimento que justificam a existência dessa atividade no mundo moderno – apesar de constrangimentos, limites e contradições impostos pela estrutura de produção e pela organização do trabalho jornalístico no sistema capitalista. Os fatos, como lembra a autora, “não são o que parecem”, em que pese o processo de naturalização que nos leva a crer no contrário. Ou, ainda, como certa tradição positivista no jornalismo busca reforçar, a partir do apelo a uma representação ingênua ou cínica de objetividade.

A questão do método

A pesquisa, como sabemos, é atividade básica para a construção do conhecimento sociológico. Está claro que nesse campo, quando comparado ao jornalismo, a questão dos métodos é mais diversa e complexa, orientada por rigor teórico e sistematicidade – além da própria diferença dos ritmos temporais da produção jornalística e científica, dos recursos disponíveis para investigação, e da natureza do conhecimento produzido em cada área (SILVA, 2015). Em diálogo com Genro Filho, Sponholz (2007) sublinha que o conhecimento produzido pelo jornalismo, ao contrário da ciência, é orientado pelo singular, isto é, toma como matéria-prima os aspectos mais específicos dos eventos. Não busca regularidades ou fundamentação em um sistema teórico sistematizado, embora – conforme pontua a autora – os jornalistas também formulem hipóteses (com base em informações

⁹ Em célebre passagem do livro *Sobre a televisão*, Bourdieu (1997, p. 25) chama atenção para o condicionamento do modo de ver dos jornalistas, que produz efeitos de fechamento, homogeneização e censura na cobertura noticiosa: “Os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem”.

articuladas sobre o assunto em pauta) e lancem mão de métodos de investigação capazes de justificar os enunciados que constroem sobre dado acontecimento.

Sem desconsiderar as diversas particularidades que caracterizam cada campo de produção, acreditamos que a aproximação com métodos de investigação sociológica pode oferecer aos estudantes de jornalismo ferramentas para o fortalecimento do trabalho de mediação e de compreensão da realidade social, com base na capacidade de observação, reflexão e crítica. A começar pela entrevista, como instrumento de apuração que experimenta centralidade no jornalismo.

Compreender, escutar atentamente o que o interlocutor diz, e mesmo ajudá-lo a dizer¹⁰, é um princípio da entrevista sociológica (LAHIRE, 2014). Esse princípio é reforçado por uma postura de vigilância para que o entrevistador não imponha aos sujeitos sociais suas próprias categorias de julgamento ou condicione a escuta apenas ao que está de acordo com suas hipóteses iniciais de pesquisa. No caso do jornalismo, podemos situar esse chamado à reflexividade como um exercício capaz de interpelar certos condicionamentos presentes no cotidiano da produção, a exemplo do que diz Medina (2000, p. 6), ao criticar os usos não-dialógicos da entrevista: “Na maior parte das circunstâncias, o jornalista (comunicador) imprime o ritmo de sua pauta e até mesmo preestabelece as respostas: o interlocutor é conduzido a tais resultados”.

Ao defender a importância do ensino de sociologia em nível escolar básico, Lahire (2014, p. 56) destaca outra contribuição significativa da disciplina: o exercício da “objetivação etnográfica”. Uma das primeiras qualidades cultivadas pelo “olhar sociológico”, esse exercício supõe “a capacidade de descrição e narração daquilo que é possível observar diretamente (paisagens, lugares, maneiras de falar, objetos, ambientes, personagens)”. O treinamento direcionado à observação das práticas que constituem o mundo social, sinaliza o autor, é base para o desenvolvimento do espírito de investigação caro à disciplina. Do mesmo modo, o é a habilidade de discriminar situações, nomear com precisão e clareza as coisas, ter atenção rigorosa quanto às palavras empregadas e compreender comportamentos individuais, relacionando-os ao contexto (LAHIRE, 2014).

A aproximação da prática jornalística com métodos de investigação das ciências sociais foi defendida por Philip Meyer, já na década de 1970, ao adotar o termo “jornalismo de precisão”. Essa convergência abre a possibilidade de desenvolvimento de reportagens capazes de aprimorar, a partir da mobilização de dados quantitativos e gráficos computadorizados, o conhecimento do leitor sobre “tendências sociais ou questões complexas” (NEVEU, 2010, p. 49). “O processamento da informação pela reportagem desloca-se da mera construção da mensagem para a elaboração de seu conteúdo, a partir de dados primários” (LAGE, 2019, p. 149). Essa prática requer do jornalista a capacidade de propor questões a banco de dados existentes, organizar as informações e interpretá-las, revelando

¹⁰ Nos termos empregados por Bourdieu (1997, p. 47), “fazer um trabalho de assistência à palavra” é fundamental em certas situações de entrevista, sobretudo na relação com sujeitos que não têm familiaridade ou que não são profissionais habituados a essa prática.

ao público dimensões inéditas ou menos conhecidas sobre determinado fenômeno¹¹. Dados disponíveis sob a forma de registros estatísticos podem também ser acessados para complementar ou verificar informações, dentro de um trabalho de reportagem que mobilize diferentes métodos de apuração.

Sabemos que as potencialidades acima referidas podem ser mais ou menos desenvolvidas no jornalismo a partir de determinadas condições objetivas de produção, a começar pelo tempo que se dispõe para investigação. Não por acaso, alguns tipos de reportagem em profundidade ou investigativas possuem, especialmente, pontos de convergência com métodos da área de ciências sociais, em função da extensão e qualidade do trabalho de campo que é capaz de realizar. Na visão de Crucianelli (2012, p. 163, tradução nossa), profissional especializada em jornalismo de base de dados, “toda pesquisa jornalística é um grande trabalho de campo. Buscar documentos, seguir os rastros do dinheiro, entrevistar dezenas de pessoas que nos conduzam à informação, recompilar dados”.

Cada proposta de reportagem pressupõe a mobilização de métodos de apuração pertinentes, considerando a construção e os objetivos da pauta, as condições e os meios concretos de acesso a fontes e à verificação de materiais empíricos relevantes, a partir da questão central levantada na investigação. Aqui também a prática da imaginação sociológica tem algo a contribuir com o jornalismo, quando pensa a pesquisa como um percurso que não deve ser engessado pelo “fetichismo do método e da técnica” (MILLS, 1965, p. 240)¹². A esse respeito, Bourdieu (2004, p. 26) chama a atenção para o fato de que é o *rigor*, e não a *rigidez* (definida pelo autor como “o contrário da inteligência e da invenção”), que deve orientar a conduta do sociólogo. Rigor na mobilização de métodos de investigação que podem ser oferecidos por diferentes tradições intelectuais – da estatística à observação etnográfica, passando pela entrevista em profundidade e pela análise de documentos. Essa criatividade pressupõe, por outro lado, “extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego”.

No caso do jornalismo, em que pesem as diferenças em relação à prática sociológica, a familiarização com diferentes formas de investigação empírica fortalece as possibilidades de conhecimento sobre a realidade social. Esse caminho de objetivação não se dá a partir da observância de procedimentos formais e padronizados. Tampouco pela suposta ausência de juízos de valor ou elementos subjetivos, associados a estratégias discursivas que garantem ao texto um verniz de objetividade. Em diálogo com a tradição do jornalismo norte-americano historicizada por Schudson¹³, Pereira Junior (2010, p. 16 e 65) destaca

¹¹ O chamado “jornalismo de dados” (JD) insere-se na tradição iniciada por Meyer. Além da dimensão investigativa e interpretativa dos dados, o JD tem a preocupação de comunicar os resultados do trabalho de reportagem a partir do uso de recursos como gráficos ou infográficos (MANCINI; VASCONCELLOS, 2016).

¹² Nas palavras de Mills (1965, p. 240): “Sejamos um bom artesão: evitemos qualquer norma de procedimento rígida. Acima de tudo, busquemos desenvolver e usar a imaginação sociológica. Evitemos o fetichismo do método e da técnica”.

¹³ Segundo a análise histórica de Schudson (2010, p. 144 e 162), o conceito de objetividade que emerge no jornalismo norte-americano na década de 1920 não representava uma “crença nos fatos”. Ao contrário, postulava a necessidade de um método de apuração objetivo, “projetado para um mundo no qual nem mesmo os fatos poderiam ser confiáveis”. Como contraponto ao empirismo ingênuo e à crença de que os fatos falam por si, a noção de objetividade surge, naquele contexto, como um valor profissional, associado à possibilidade de

que a objetividade jornalística “é a possibilidade de procurar um método de obtenção de informação confiável” – o que requer vigilância desconfiada dos jornalistas perante os fatos e a adoção de procedimentos de verificação rigorosos e transparentes¹⁴.

Explicitar as condições do conhecimento produzido sobre o acontecimento, sem fazer desaparecer do texto os rastros do caminho de apuração (marcado por seleções, pressupostos e pontos de vista diante do objeto), reforça a transparência do jornalista em relação ao público e aos limites do próprio trabalho realizado. Isso pressupõe uma postura ativa do jornalista – comprometida com o rigor na apuração e largamente distante da crença de que os “fatos falam por si”.

Considerações finais

O fortalecimento do papel social do jornalista – segundo uma perspectiva crítica e reflexiva – articula-se, no campo do ensino, ao debate sobre a centralidade de determinados saberes no processo de formação profissional. É o que buscamos fazer, nos limites deste artigo, ao refletir sobre o ensino de sociologia nos currículos de jornalismo.

Ao destacar a importância do desenvolvimento de algumas ferramentas e qualidades intelectuais associadas à disciplina, não negligenciamos a diversidade de sentidos que o ensino de sociologia pode assumir nos espaços universitários específicos, segundo critérios de seleção de conteúdo, tradições teóricas e metodologias. Em relação à educação básica, por exemplo, Marpica (2018, p. 171) analisa os caminhos que a sociologia tem assumido no cotidiano escolar e chama a atenção para “a multiplicidade de currículos” possíveis. Do mesmo modo, Engeroff e Oliveira (2018, p. 237) destacam, a partir da análise de livros didáticos, a existência de diferentes “percepções de ciência sociológica” em circulação nesses espaços. Contudo, para além das diferenças, esses autores também mapeiam um campo de referências e aquisições comuns, isto é, de convergências recorrentes acerca dos objetivos do ensino de sociologia – entre os quais, destacam-se: desenvolvimento da imaginação sociológica; desnaturalização; estranhamento; crítica social; intervenção social; formação para a cidadania; e formação para a transformação social.

Neste texto, dialogamos com alguns desses objetivos, considerando a especificidade dos debates associados à formação universitária do jornalista. Se há múltiplos currículos de sociologia possíveis, é preciso reconhecer também a diversidade de sentidos atribuídos ao trabalho do jornalista e seus desdobramentos na definição dos currículos dos cursos de jornalismo no cenário contemporâneo, bem como no desenho do perfil do egresso que se

o jornalista colocar em curso um método de objetivação na prática da reportagem. Dois fatores contribuíram, no período, para a postura cética dos jornalistas em relação aos fatos: a eficácia da propaganda no período de guerra e o desenvolvimento da profissão de relações públicas. Nesse último caso, como pontua Schudson, as relações públicas “ameaçavam a própria ideia de reportagem”, em função do controle do fluxo de informações repassadas aos jornais. O debate sobre o ideal da objetividade no jornalismo foi influenciado naquele contexto pelos escritos de Walter Lippmann. “A receita de Lippmann para os males do jornalismo era a ciência. Ele acreditava que a busca do método científico no jornalismo tornaria a imprensa não só mais profissional, mas mais liberal e heróica” (SCHUDSON, 2010, p. 182).

¹⁴ A noção de “disciplina de verificação” como princípio básico da prática jornalística, popularizada pelos norteamericanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel, na obra *Os elementos do jornalismo*, retoma esse sentido metodológico de objetividade, historicizado na obra de Schudson (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 61).

deseja formar. Como ressaltamos, o currículo é um lugar de disputas, e a seleção de saberes dentro do processo formativo tem implicações na construção de sentidos sobre o que é ser jornalista.

Assumimos a perspectiva do jornalismo como trabalho intelectual, associado à noção de esclarecimento e ao direito dos cidadãos à informação qualificada nas sociedades democráticas, dotado de uma dimensão política e social – muitas vezes negligenciada dentro de propostas formativas de acento mais tecnicista e instrumental, orientadas por demandas de mercado. Está claro que a dimensão intelectual do trabalho jornalístico é, hoje, de diferentes maneiras, enfraquecida em situações de trabalho precárias, conformadas por uma série de constrangimentos, que circunscrevem os limites da autonomia profissional no cotidiano da produção. Como espaço de disputas e conflitos entre valores humanistas e interesses econômicos¹⁵, o jornalismo assume historicamente – a partir de sua inserção nas sociedades modernas capitalistas – um caráter contraditório, que impõe desafios e impasses cotidianos aos profissionais da imprensa. Os desafios são especialmente sentidos no cenário contemporâneo, com a acentuação do caráter mercantil da produção jornalística, vinculada a grandes grupos de comunicação, e as mudanças no mercado de trabalho e na dinâmica de produção do jornalismo (FIGARO, 2014; NEVEU, 2010; ADGHIRNI, 2005).

Sem perder de vista as questões estruturais que conformam o mundo do trabalho dos jornalistas, com implicações sobre o próprio campo do ensino, acreditamos que a formação em nível universitário deve ser valorizada como espaço de reafirmação da dimensão política e social da atividade, associada à constituição de um *habitus* (BOURDIEU, 2004; 1997) profissional reflexivo, comprometido com perspectivas transformadoras – inclusive em relação ao próprio *modus operandi* hegemônico do jornalismo. A imaginação sociológica é um recurso a ser mobilizado nesses combates.

Referências

ALVES, Alison Sullivan de Souza; SILVA, Francisco Vieira. Discursos sobre as ciências humanas no bolsonarismo: da repetição à prática. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 14, p. 1-20, jan./dez. 2020.

ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalista: do mito ao mercado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 45-57, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

¹⁵ Como pontua Figaro (2014, p. 26), o discurso jornalístico, na modernidade, é constituído a partir de uma contradição fundamental: “como mercadoria de valor de troca para atender os interesses dos oligopólios econômicos e políticos; e de mercadoria de valor de uso para contribuir para a conquista dos direitos cidadãos e para o direito humano à informação”.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1 out. 2013. Seção 1, p. 26-29.

CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de. O ensino de sociologia como problema epistemológico e sociológico. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 59-80, 2014.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008.

CRUCIANELLI, Sandra. Técnicas de la investigación social: el método científico aplicado a la investigación periodística. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel (Orgs.). *Reportagem, pesquisa e investigação*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 149-164.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGERROFF, Ana Martina Baron; OLIVEIRA, Amurabi. Os sentidos da sociologia escolar nos livros didáticos no Brasil. *REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais*, São Luiz, v.1 5, n. 30, p. 215-240, 2018.

FIGARO, Roseli. Jornalismo e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. *Parágrafo*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 23-37, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola Sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: _____. (Org.). *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017. p. 17-34.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

JACOBSEN, Michael Hviid; TESTER, Keith. Introdução. In: BAUMAN, Zygmunt. *Para que serve a sociologia?* Diálogos com Michael Hviid Jacobsen e Keith Tester. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015. p. 11-15.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 45-61, 2014.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fábio. Jornalismo de Dados: conceito e categorias. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, São Leopoldo, v. 18, n. 1, p. 69-82, jan./abr. 2016.

MARPICA, Natália Salan. *Entre a obrigatoriedade e as reformas curriculares: professores e professoras de sociologia do ensino médio paulista*. 2018. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2018.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 62, p. 1-14, ago. 2021.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Metodologia de ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: MORAES, Amaury Cesar (Coord.). *Sociologia: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 45-62.

MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos*. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Renavan, 2007.

NEVEU, Erik. As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror? *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 29-57, 2010.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. *Sobre fronteiras no jornalismo: o ensino e a produção da identidade profissional*. 2011. 383 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

_____.; MELLO E SILVA, Leonardo. Empreendedorismo e novas formas de mobilização da subjetividade no mundo do trabalho: implicações possíveis sobre o *ethos* profissional do jornalista. *Contracampo*, Niterói, v. 36, n. 2, p. 100-113, ago./nov. 2017.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*. Petrópolis: Vozes, 2010.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 2, p. 277-294, 2000.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimdo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Gislene. Diferenciações, aproximações e complicações entre a prática jornalística e a prática científica. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (Orgs.). *Jornalismo investigativo e pesquisa científica*. Florianópolis: Insular, 2015. p. 111-118.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SPONHOLZ, Liriam. Entre senso comum e ciência: o conhecimento híbrido do jornalismo. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 2-14, mar. 2007.

TRAQUINA, Nelson. *Teoria do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2013.

Michelle Roxo de Oliveira

Jornalista, cientista social e doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).